

AMC

**A** cena política brasileira atual vai e volta da tragédia à comédia sem intervalos, num espetáculo tão entediante quanto repetitivo e desiludido. Os textos deste Folhetim abordam a questão sob duas óticas diferentes. Em torno do Congresso constituinte, o diplomata João Almino apresenta seu ponto de vista sobre uma trajetória sucinta da política e da economia do país nos últimos anos para acabar indicando as linhas que deveria seguir uma política menos personalista, que se quer mais do que disputa de cargos e influências, e defendendo a necessidade do equilíbrio entre os vários poderes. De outro lado, Roberto Romano ensaia uma análise do olhar como instrumento de controle dentro do processo de transformação da política em espetáculo desde a Revolução Francesa, em particular com o dispositivo da guilhotina como modelo de coação do público à passividade, tendo a situação brasileira recente como alvo final de suas considerações.

# A CONSTITUIÇÃO QUE NÃO TEREMOS

JOÃO ALMINO

O Congresso constituinte deveria tomar partido de uma política assentada no equilíbrio dos diferentes poderes

**S**e o interesse de quem procura entender o presente não é o de favorecer tal ou qual corrente partidária, estratégia eleitoral ou figura política; se "entender o presente" significa encontrar sentido nos acontecimentos, neles descobrindo um percurso, torna-se difícil pronunciar-se sobre o presente, sobretudo quando o percebemos montado sobre prismas em frequente mutação.

Ao longo dos últimos anos, a cada grande opção estampada nas manchetes dos jornais, de caráter personalista (Andreza ou Aureliano? Maluf ou Tancredo?) ou institucional (haverá diretas?), é como se estivesse sendo jogado o destino — decisivo, último — do país. As apreensões do momento em que se realizaram os compromissos da Aliança Democrática foram superadas pela da morte de Tancredo Neves e, depois, pela das dúvidas quanto às possibilidades do governo Sarney.

Percebido como transição institucional para a democracia, esse presente tem sido também aquele em que os problemas concretos do dia a dia invadiram a política. Mais do que crescer, tais problemas, imensos, surgiram com maior clareza na

conjuntura de tendência liberalizante.

As manifestações populares de fevereiro e novembro de 86 ou do primeiro semestre de 87, manipuladas ou não, caracterizaram um "espontaneísmo racional", que, mais que prender-se a personalismos, respondeu às políticas econômicas, sob a forma de apoio, como o Cruzado, ou de oposição, como o Cruzado 2.

A estratégia eleitoral do governo também se baseou sobre essas políticas. O Plano Cruzado, de fevereiro de 1986, mais que acalmou as inquietações populares de final de 1985 a que alguns já associavam a possibilidade de desgaste governamental nas eleições de novembro do ano seguinte.

## Limites

O quadro jurídico-institucional, se pode ajudar a encaixar soluções para nossos problemas econômicos e sociais, já é, em grande medida, reflexo do nível de discussões realizadas pela sociedade e das políticas efetivamente tentadas.

Daí a importância de se procurar recapitular sucintamente alguns aspectos, já conhecidos, das tentativas de reforma da economia.

O êxito e o fracasso do Plano Cruzado puseram em

discussão a filosofia econômica do governo. Esta, que se dizia desde o início voltada para o social, foi testada na política salarial e de expansão do mercado interno. Um mercado tradicionalmente concentrado numa estreita faixa da população pôde caminhar, em parte e por tempo curto, no sentido de sua democratização. Expandiu-se, de fato, durante alguns meses, o consumo das faixas mais pobres, graças à modificação, mesmo que pequena, da relação preço-salários.

O Cruzado teve, nesse sentido, pelo menos um papel didático, mostrando aos comerciantes e industriais que seus interesses não são necessariamente contrários à recuperação do poder de compra dos salários.

Durante alguns meses, foi possível a utilização dos recursos financeiros para suprir, com o aumento das importações, este mercado relativamente ampliado. Mas isso, associado à queda das exportações, provocou a redução das reservas, num momento em que a escassez interna de produtos gerava uma economia paralela.

Mais do que as greves de operários, assistimos a "greves" de empresários, com a retenção de estoques e a recusa dos exportadores de vender seus produtos ou de trazer para o país as divisas obtidas, já que a taxa de câmbio estava congelada, enquanto os preços disparavam, com o recurso do ágio, no mercado paralelo.

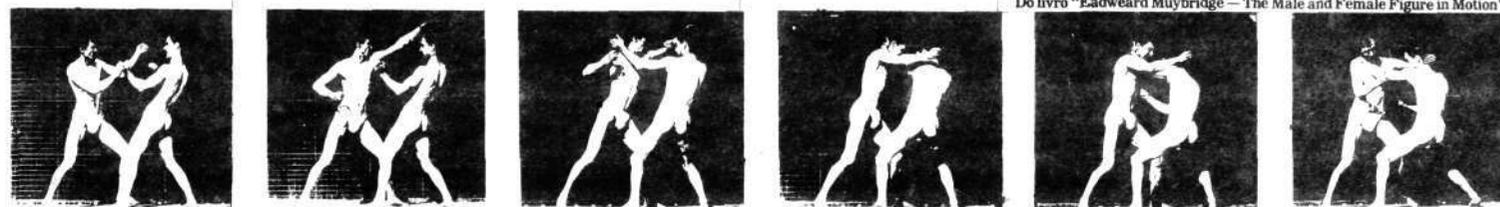
Ficaram mais patentes do

que nunca os limites impostos pela dívida externa aos esforços de democratização relativa do mercado. Esta democratização, ao favorecer o incremento das importações, e acrescidos os problemas mencionados acima, levou à eliminação dos saldos comerciais, impossibilitando o pagamento da dívida ou condicionando, na prática, a possibilidade desse pagamento a um acelerado crescimento econômico.

Tal crescimento, contudo, dependeria da capacidade de investimento e de expansão das instalações. Na realidade, ele só ocorreu até o limite da utilização da capacidade ociosa. A realização de novos investimentos limitou-se basicamente às pequenas iniciativas. E o aumento dessas iniciativas e do microconsumo não foi suficiente para alterar a característica básica de ser nossa economia, como a das sociedades capitalistas em geral, basicamente comandada do alto, pelos grandes grupos.

Mas o Plano Cruzado serviu para provar, para os empresários nacionais e os investidores e exportadores estrangeiros, que o Brasil, se pudesse investir, teria um extraordinário mercado para bens produzidos aqui e também para importações.

Os grandes produtores nacionais não acreditaram na possibilidade de crescerem seus lucros através de um aumento das unidades produzidas que mais que compensasse uma redução das margens unitárias de lucro. Preferiram o ágio, ou seja, a



"Boxing: Open Hand", sequência fotográfica realizada pelo inglês Eadweard Muybridge (1830-1904), para estudar os movimentos do ser humano

NESTA EDIÇÃO

Folhetim

FOLHA DE S. PAULO

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião deste jornal

A CONSTITUIÇÃO QUE NÃO TEREMOS  
A TIRANIA DO OLHAR

João Almino B-2  
Roberto Romano B-10